

MPF denuncia Wilson Witzel, pastor Everaldo e outras 11 pessoas

15/12/2020

O Ministério Público Federal denunciou nesta terça-feira (15/12) o governador afastado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, pastor Everaldo, o ex-secretário de Saúde Edmar Alves dos Santos, empresários e advogados pelos crimes de corrupção ativa e passiva e lavagem de dinheiro por intermédio de organização criminosa.

Antonio Cruz / Agência Brasil



Governador afastado do Rio, Wilson Witzel
Antonio Cruz/Agência Brasil

A denúncia oferecida ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) está ligada às investigações da operação kickback, na qual houve o cumprimento, na manhã de hoje, de dez mandados de busca e apreensão e dois de prisão preventiva, de medidas cautelares e indisponibilidade de bens dos investigados.

Além da condenação dos denunciados, o MPF requereu ao STJ a perda da função pública, em especial, para Wilson Witzel, e indenização por danos morais no valor mínimo de R\$ 106,7 milhões, o dobro do montante supostamente desviado e lavado pelos denunciados.

De acordo com a denúncia, de 8 de julho de 2019 a 27 de março de 2020, Witzel, se utilizando do cargo de governador do Rio, em ao menos 11 oportunidades, solicitou, aceitou promessa e recebeu vantagens indevidas no valor de R\$ 53.366.735,78, agindo em conluio com pastor Everaldo, Edmar Santos e o empresário Edson da Silva Torres. O grupo teve o auxílio dos advogados Wagner Bragança e Juliana Nunes Vieira Leite e do operador financeiro Victor Hugo Amaral Cavalcante Barroso.

A propina teria sido paga pelo empresário José Mariano Soares de Moraes, com a intenção de obter facilidades no pagamento de valores inscritos em restos a pagar devidos pela Secretaria de Saúde à organização social Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus. Todos os envolvidos

foram denunciados.

Na denúncia, assinada pela subprocuradora-geral da República Lindôra Araújo, o MPF salienta que o grupo, de modo consciente e voluntário, e com unidades de desígnio, ocultou e dissimulou a natureza, a origem, a localização, a disposição, a movimentação e a propriedade dos mais de R\$ 53,3 milhões "por intermédio de organização criminosa, convertendo em ativos lícitos o produto de crimes de corrupção e distanciando o dinheiro de sua origem ilícita, mediante a simulação de contrato de advocacia entre o escritório Nogueira & Bragança Advogados Associados, de Wagner Bragança, e o Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus, de José Mariano Soares de Moraes".

As ações do grupo foram concretizadas em diversos períodos e sempre com a anuência de Witzel, pastor Everaldo, Edmar e Edson. Os valores eram sempre transferidos pelo advogado Wagner Bragança. De 16 de agosto de 2019 a 21 de outubro do mesmo ano, em ao menos seis oportunidades, o advogado Wagner Bragança transferiu R\$ 5.724.133,33 para as contas da Murano Empreendimentos — que tem como sócia Liliana Cavalcante Barroso — e da South America Properties, que tem como responsável Soraia Amaral Cavalcante Barroso. Nesta ação, Wagner teve, ainda, a ajuda de Victor Hugo Amaral e Juliana Nunes Vieira Leite.

Outros R\$ 9 milhões de origem ilícita foram ocultados e lavados pelo grupo, em três oportunidades, no período de 2 de outubro a 18 de dezembro de 2019. Desta vez, os valores foram transferidos da conta Nogueira & Bragança Advogados Associados para a conta da empresa USS Holding, que tem Allan Feitosa de Oliveira e Victor Vianna Costa como sócios. A ação criminosa também contou com a participação de Victor Hugo Amaral e Juliana Leite.

De 5 de julho de 2019 a 9 de abril deste ano, em 15 oportunidades distintas, outros R\$ 4,550 milhões foram transferidos da conta da Nogueira & Bragança para a LAC Barroso/Sociedade Advogado/Barroso Vianna & Advogados, que tem Victor Vianna e Liliana Amaral como sócios. Com a mesma estratégia de atuação, o grupo transferiu outros R\$ 3,5 milhões para a conta de Victor Duque Estrada Zeitune, com posteriores repasses aos envolvidos na ação. Os cinco repasses ocorreram entre 8 de outubro de 2019 e 10 de fevereiro deste ano.

As investigações que envolvem Witzel foram iniciadas pela Procuradoria da República no Rio e pelo Ministério Público estadual (MP-RJ) e, devido ao foro privilegiado do político junto ao STJ, foram enviadas à Procuradoria-Geral da República (PGR).

As informações deram origem às operações placebo e favorito. Após as deflagrações, o ex-secretário Edmar Santos assinou acordo de colaboração premiada com o MPF e revelou a instalação criminosa no governo de Witzel, continuando os esquemas praticados pelos ex-governadores Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão.

Com as novas investigações, foi deflagrada a operação *tris in idem*, que culminou com o afastamento temporário de Witzel do governo e com a prisão preventiva de vários integrantes do Executivo estadual. Com base nos fatos, o MPF já ofereceu duas denúncias, objeto de investigação das ações penais 976/DF e 977/DF.

De acordo com Edmar Santos, do montante de dinheiro público desviado para as organizações sociais, 5% eram divididos entre cinco pessoas, sendo que ele recebia 30%. Witzel e Everaldo recebiam 20%, cada, e Edson Torres e Victor Barroso também recebiam 15% cada um. Segundo afirmou Edmar, o esquema de cobranças de vantagens indevidas foi elaborado em cima dos restos a pagar do governo do Rio.

As informações de Edmar foram confirmadas com a quebra do sigilo bancário dos envolvidos e relatos encaminhados pela Unidade de Inteligência Financeira (UIF).

Segundo o MPF, a organização criminosa chefiada por Wilson Witzel tem três pilares, sendo que um é comandado por Mário Peixoto, outro, por pastor Everaldo, Edson Torres e Victor Hugo Barroso; e o terceiro, por José Carlos de Melo. As ações do grupo eram divididas em quatro núcleos: econômico, administrativo, financeiro-operacional e político. Este último era formado por Witzel e pastor Everaldo.

A denúncia relata o poder exercido pelo pastor nas contratações e orçamento da Companhia Estadual de Água e Esgoto (Cedae), Detran e Secretaria de Estado de Saúde. Nesta pasta, o grupo instituiu uma espécie de pedágio com o pagamento de vantagens indevidas aos seus integrantes que recebiam propinas sobre os montantes liberados de restos a pagar aos fornecedores.

Do montante de R\$ 53,366 milhões transferidos do Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus, o MPF já mapeou mais de R\$ 22,774 milhões, que foram distribuídos a pessoas físicas e jurídicas ligadas a Victor Hugo Barroso. "Nota-se que o repasse dos recursos aos demais denunciados ocorria poucos dias após o crédito efetuado pela OS HMTJ na conta do escritório Nogueira, Simão e Bragança Advogados Associados ou até no mesmo dia", destaca um dos trechos da denúncia. Segundo o MPF, o fato de o grupo criminoso ter feito transferências bancárias facilitou as investigações e a coleta das provas.

Para facilitar a ação do grupo, o governador chegou a criar, por meio de decreto, a Comissão Consultiva de Programação e Controle de Despesas do Estado do Rio de Janeiro (Coderj). No entanto, o decreto foi modificado e revogado, posteriormente. Uma das atribuições da Coderj era analisar e emitir pareceres em processos relativos a pagamentos de despesas em "restos a pagar". *Com informações da assessoria do MPF.*

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2020-dez-15/mpf-denuncia-wilson-witzel-pastor-everaldo-outras-11-pessoas/>